

**Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007**

Obras públicas da cidade de São Paulo na metade do século XIX: o higienismo e a construção do cemitério público, do mercado público e do matadouro público

Clarice Barbieri Shinyashiki
Érica Christina Rodrigues Souza
Ivone Salgado*

Resumo: Este trabalho trata da cultura urbanística existente na cidade de São Paulo nas décadas de 50 e 60 do século XIX e procura desvendar as diversas relações entre os profissionais responsáveis pelas obras; médicos, engenheiros e os administradores do município e da província. Tem como foco as obras de alguns engenheiros executadas pela administração municipal a partir de preocupações com a higiene pública: o Matadouro Municipal (construído entre 1849 e 1852), de autoria do engenheiro Carlos Abraão Bresser; o Cemitério Público da Consolação (realizado entre 1855 e 1858) projeto do engenheiro Carlos Frederico Rath e o Mercado Público com projeto de Newton Bennaton (construído entre 1859 – 1867).

Palavras-chave: higienismo – urbanismo sanitarista – saúde pública.

Resumé: La presente communication a comme sujet la culture professionnel dans le domaine de l'urbanisme à São Paulo au milieu du dixneuvième siècle. Nous cherchons de mettre en evidence les divers rapports entre les profesionnels responsáveis des oeuvres publiques: ingénieurs, architectes, médecins et fonctionnaires. Quelques oeuvres qui ont été baties au milieu du siècle sont objet d'analyse: l'abattoir publique (1849-1852), oeuvre de l'ingénieur Carlos Abraão Bresser; le cimetièrre publique (1855 -1858) oeuvre de l'ingénieur Carlos Frederico Rath et le marché publique (1859 – 1867) oeuvre de l'ingénieur Newton Bennaton.

Mots-clef: higienismo – urbanisme au dixneuvième siècle – santé publique.

Nas décadas de 1830 e 1840, a densidade demográfica e a industrialização foram elementos-chave para o reaparecimento dos surtos epidêmicos nas cidades européias. Estes fatos históricos foram decisivos para a conscientização sobre os problemas sanitários e para a formação de uma prática intervencionista governamental nas cidades. (BÉGUIN, 1991: 39)

A partir da década de 1840, passado os primeiros impactos causados por tais epidemias começaram na Inglaterra as primeiras pesquisas públicas sobre as condições sanitárias da população. (CALABI, 2004)

O *Report on the Sanitary Condition of the Labouring Population of Great Britain*, coordenado por Edwin Chadwick elaborado em 1842, revelaram como os trabalhadores

* Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – CEATEC – PUC Campinas

londrinos habitavam em bairros precários com péssimas condições de salubridade. (BEGUIN, 1991: 41)

Pela primeira vez na história da cidade a sua fisiologia e a sua patologia tornam-se importantes objetos de estudo; poderíamos dizer que, não somente a sua existência mas também as suas transformações podem ser descritas a partir de novos instrumentos colocados à disposição pela ciência. (ZUCCONI, 2004: 48)

O medo de que as epidemias chegassem ao Brasil mobilizou a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro que, em 1834, enviou às várias câmaras municipais das diversas províncias um relatório com as medidas propostas pelo Dr. Broussais sobre as providências necessárias para evitar o *Cholera-Morbus*.¹

Este relatório dá ênfase às condições topográficas do Rio de Janeiro o que fez com que os médicos consultados pela Câmara de São Paulo sobre o assunto desprezassem parte das recomendações ali contidas pois, diferentemente do Rio de Janeiro, o núcleo urbano de São Paulo não possuía áreas alagadiças na época. (JORGE, 2006:62)

A partir de então, a Câmara Municipal de São Paulo, através de Comissões de Vistoria, passa a fiscalizar as condições de salubridade da cidade visitando diversos locais, como aqueles nos quais se matava o gado, os açougues e o Curral do Conselho; os largos, as ruas e as *casinhas* – onde se comercializava gêneros alimentícios, entre outros; e as igrejas e o Cemitério dos Aflitos, onde se enterravam os corpos, todos estes locais eram considerados insalubres.

A preocupação com os surtos epidêmicos que acometiam nas cidades européias fez com que o governo do Império reestruturasse os serviços de saúde criando em 14 de setembro de 1850 a Junta de Higiene Pública no Rio de Janeiro. Todavia, um surto de cólera em 1854 e outro de Varíola em 1858 acometeu diversas cidades do Império.

Esta conjuntura fez com que as determinações sanitárias, previstas na legislação imperial de 1828, fossem incorporadas à legislação das câmaras municipais de forma mais incisiva e acarretou, ainda, um incremento da ação fiscalizadora das condições sanitárias das cidades por parte do poder público nos períodos de surtos epidêmicos. A partir de meados do século XIX, as câmaras municipais através de Regulamentos e Posturas, passam a exercer uma maior interferência no processo de administração do espaço da cidade através do seu poder regulador e normatizador de modo a garantir o interesse público, com uma atuação pautada em fundamentos científicos. (BASTOS, 2001: 85)

¹ Registro Geral da Câmara, Vol. XXXI, p. 234.

Carlos Frederico Rath, nascido na Alemanha, foi um engenheiro que protagonizou as principais discussões sobre a salubridade da cidade de São Paulo a partir da década de 1850. Participou de diversas comissões instaladas pela Câmara Municipal para discutir sobre as obras públicas e exerceu um papel de grande relevância na construção das mesmas e na confecção de uma cartografia sobre a cidade.

Uma das contribuições mais significativas de Carlos Frederico Rath foi a confecção de uma planta da cidade de 1855 na qual localizou os rios, nascentes, córregos e áreas alagadiças. Consultando diversos documentos, os papéis avulsos do Arquivo Washington Luiz, as Atas da Câmara, entre outros, percebe-se que este mapa foi utilizado para a discussão sobre a localização de diversos edifícios insalubres a serem construídos na cidade de São Paulo pela administração pública – Câmara Municipal e Governo da Província. No final da década de 1860, com a expansão das obras públicas na cidade, o engenheiro foi contratado pela Inspetoria de Obras Públicas.

Carlos Frederico Frederico Rath elaborou também uma dissertação sobre a situação da rede hídrica na cidade. Todavia, o engenheiro considerava, que a Câmara nunca dera a devida atenção nem o merecido valor aos seus estudos e propostas. Argumentava, entre outros, o quanto era nociva a construção de inúmeros tanques ou reservatórios de água mantidos abertos e expostos a insetos e à visita de animais.²

Segundo Guido Zucconi, por volta de 1860, do excepcional acúmulo de conhecimentos sobre a cidade na Europa, uma nova figura, que poderíamos chamar *analista urbano*, define-se sumariamente assumindo os saberes relativos à topografia, aos levantamentos estatísticos, às análises sociológicas e à história da cidade. Estas várias abordagens remetem a uma visão unitária da complexidade do universo urbano. Neste contexto, os especialistas das águas fornecem uma chave para analisar e quantificar todos os elementos dinâmicos da cidade.. (ZUCCONI, 2004: 62)

Nos parece que Carlos Frederico Rath foi um profissional do campo da engenharia que possuía conhecimentos especializados da hidráulica e procurou aplicá-los nas obras realizadas na cidade de São Paulo.

Nas décadas de 1850 e 1860 pode-se sentir uma mudança na administração pública da cidade de São Paulo que começou a empreender uma série de obras públicas consideradas

² Em 1855, Carlos Rath elabora um mapa da cidade de São Paulo sobre os aquedutos da cidade. Nele aparecem os tanques Municipal e Reúno, existentes desde o século XVIII, e os principais chafarizes da cidade.

essenciais para a manutenção da higiene urbana. O papel do engenheiro Carlos Frederico Rath na discussão sobre a localização dos edifícios salubres e insalubres na cidade é objeto de investigação no momento e talvez tenha sido ele precursor de uma concepção científica de controle técnico sobre o território da cidade. Podemos destacar algumas obras públicas levadas a efeito na cidade de São Paulo neste período e verificar as justificativas de suas construções: o Matadouro Municipal (construído entre 1849 e 1852), de autoria do engenheiro Carlos Abraão Bresser; o Cemitério Público da Consolação (realizado entre 1855 e 1858), projeto do engenheiro a Carlos Frederico Rath e o Mercado Público com projeto de Newton Bennaton (construído entre 1859 – 1867).

A construção do Matadouro Municipal

O primitivo matadouro da cidade localizava-se na rua de Santo Amaro, nas imediações da capela de Santa Cruz. A construção de um novo matadouro municipal aparece como uma das medidas adotadas pela Câmara Municipal de São Paulo no combate aos possíveis focos de propagação das doenças. Inicialmente houve uma intensificação da fiscalização sobre o matadouro existente junto ao Ribeirão do Anhangabaú. Os fiscais procuravam evitar que se fizesse o lançamento de detritos no riacho nos períodos epidêmicos. (BASTOS, 2001:150)

Estas práticas eram consideradas insalubres e fez com que, já no final dos anos de 1840, uma discussão fosse empreendida sobre o deslocamento do Matadouro Público para além dos limites da cidade. No ano de 1849, a câmara municipal decidiu pela construção de um novo Matadouro Público para a cidade de São Paulo. O edifício seria construído na Rua Humaitá junto ao córrego Anhangabaú com plano do engenheiro Carlos Abraão Bresser.

O novo matadouro foi construído distante da área urbana e ficaria sujeito a um código sanitário mais rigoroso, que exigia instalações higiênicas e exame médico de cada animal. Todavia, continuou despertando preocupações sanitárias pois localizava-se de tal maneira que possibilitava que dos ventos reinantes fossem canalizados para a cidade. Como se acreditava na época que estes ventos trouxessem os *miasmas*, a administração pública e os moradores continuaram preocupados pois o novo matadouro, assim como o antigo, lançava o sangue, o lixo e os detritos dos animais abatidos no córrego Anhangabaú. (BASTOS, 2001: 76)

Os moradores das margens do Ribeirão Anhangabaú reclamavam que a localização do edifício era péssima pois o lugar era muito baixo, úmido e cercado de montanhas, situação esta de grande insalubridade conforme os preceitos higiênicos da época.(GIORDANO, 2006:)

O combate à condição sanitária do matadouro se ampliou e foi criada uma regulamentação sobre o trânsito do gado na cidade que se dirigia ao matadouro. Esta regulamentação permitia, ainda, disciplinar a passagem das tropas na cidade não destinadas ao matadouro. Em 09 de maio de 1852, o Presidente da Assembléia apresentou um projeto “*Projecto de Posturas sobre as tropas de animaes de carga*” onde estava previsto, entre outros, os locais específicos onde as tropas deveriam fazer paragem e a proibição de gado solto nas ruas da cidade.³

Em 1854, o Governo da Província comunica à Câmara Municipal de São Paulo sobre a possível chegada do “colera morbus” no Brasil e solicita que esta tome providencias para que sejam removidos todos os focos de infecção na cidade e para que os fiscais da Câmara atuem de forma sistemática.⁴

O advento do cólera em diversas cidades do Império a partir desta data pode justificar uma fase de intensificação da construção de obras pública na cidade de São Paulo. Embora previstas nas posturas municipais desde o ano de 1830 e recomendadas por diversas Comissões de Vistoria, estas obras ainda não haviam sido executadas, na sua maioria.

Dentre as diversas medidas adotadas neste momento, destaca-se a atitude do governo provincial de instalação de uma Comissão Sanitária Municipal com responsabilidade sobre a salubridade da cidade. O objetivo era combater os possíveis focos de infecção; para tal dividiu a cidade de São Paulo em quatro zonas médicas e procurou manter uma fiscalização sanitária sobre as mesmas.

Em 21 de agosto de 1858 foi aprovado o Regulamento para o Matadouro Público da cidade de São Paulo no qual se regulamenta desde os horários de funcionamento até as obrigações do médico da Câmara no exame das reses que serão mortas, as obrigações do

³ São Paulo 9 de Maio de 1852 – Machado d’Oliveira. Sessão Ordinária de 10 de maio de 1852. Atas da Câmara Municipal da cidade de São Paulo (1852-1854). Arquivo do Estado de São Paulo. p.91-94.

⁴ Coleção “Papéis Avulsos”, Vol. 168, 1854, doc. 111. Citado em: CAMARGO, Luis Soares de. *Sepultamentos na Cidade de São Paulo: 1800/1858*. Dissertação (Mestrado em História / PUC - São Paulo). São Paulo: 1995, p. 151.

caseiro, o transporte da carne e o depósito dos resíduos das reses, a limpeza do local, o despejo dos resíduos, o transporte da carne para os açougues, entre outros.⁵

O Matadouro Rua Humaitá, construído em 1852, tornara-se obsoleto e o debate em torno da sua localização continuou na pauta das discussões das comissões responsáveis pela salubridade da cidade na década de 1860. A idéia da sua remoção persiste e, em 1866, diversos médicos reunidos para opinarem sobre os meios de atenuar os efeitos do desenvolvimento de qualquer “moléstia pestilencial” na cidade recomendam, entre outras medidas, como necessária e urgente a remoção do Matadouro localizado no leito do rio Tamanduatehy, pois o consideravam um dos principais “focos de infecção” da cidade.⁶

A uma Comissão de Obras Públicas, nomeada pela Câmara em 1872, foi dada a incumbência de avaliar alguns terrenos para a localização do novo matadouro público. A mudança do matadouro era uma necessidade “universalmente” conhecida e este seria finalmente removido.⁷ Em 1887, o novo matadouro público seria inaugurado na Vila Mariana.

Carlos Frederico Rath e a construção do Cemitério Público da Consolação

O primeiro cemitério a céu aberto na cidade de São Paulo foi construído no fim do século XVIII, em terreno pertencente à mitra diocesana. No centro do terreno ficava a capela de Nossa Senhora dos Aflitos, inaugurada em 27 de junho de 1779; portanto, o cemitério ficou sendo conhecido como dos Aflitos. Destinava-se a sepultar indigentes, escravos e supliciados e funcionou até a abertura do Cemitério da Consolação, quando foram proibidos os sepultamentos em outros locais.

Embora a Câmara Municipal procurasse dar cumprimento à lei de 1828, que determinou a criação dos cemitérios públicos na cidade e proibia o enterro nas igrejas, foi prejudicada pela falta de consenso com as autoridades eclesiásticas. Em 1845 foi criado um cemitério contíguo ao Convento da Luz, que também serviria para o sepultamento das religiosas e de seus capelães, e seria administrado pelas mesmas. Em 1851, metade desse terreno foi cedida para a abertura de um cemitério para os estrangeiros católicos. Uma parte desse Cemitério dos Alemães foi reservada para estrangeiros acatólicos, ficando conhecida como Cemitério dos Protestantes.

⁵ Regulamento do matadouro de 21 de agosto de 1858 encontrado no Arquivo do Estado – Governo 1830-1863.

⁶ Atas da Câmara Municipal da cidade de São Paulo, 1866. Arquivo do Estado de São Paulo. p.65.

⁷ Atas da Câmara Municipal da cidade de São Paulo, 1872. Arquivo do Estado de São Paulo. p.12.

Nesse mesmo ano, foi nomeada uma comissão especial para tratar da criação de um cemitério público e geral e em 1855, o engenheiro Carlos Frederico Rath, que era o administrador do Cemitério dos Protestantes da Luz, sugeriu o Alto da Consolação como o local mais apropriado para o cemitério municipal.

No debate sobre a necessidade de construção do cemitério público, foi aventada inicialmente a idéia da construção de dois cemitérios, um na região oeste e outro na região leste da cidade. Em 1854, o Presidente da Província aprovou um projeto para a construção destes dois cemitérios públicos na cidade de São Paulo, um deles deveria atender os moradores das áreas norte e oeste e, o outro, deveria atender a população das áreas sul e leste. O primeiro, seria denominado “Campo Redondo” e atenderia os habitantes da Freguesia de Santa Efigênia, à oeste, e do Distrito do Norte da Freguesia da Sé. O outro se destinaria aos habitantes do Distrito do Sul da mesma Freguesia da Sé e aos habitantes do Braz. (CAMARGO, 1995: 143)

O cemitério do “Campo Redondo” deveria ser construído mediante projeto do engenheiro José Jacques da Costa Ourique, na região que mais tarde iria habitar a elite paulistana do café. O outro cemitério seria localizado exatamente onde estava o então Cemitério dos Aflitos, em local menos nobre na cidade. Embora esta polêmica sobre a construção de dois cemitérios públicos tenha sido empreendida, concluiu-se em favor da construção de apenas um, o da Consolação. (JORGE, 2006: 94)

Assim como a manutenção do matadouro da Rua Humaitá era condenada por médicos e pela população, a manutenção do Cemitério dos Aflitos em região próxima ao núcleo urbano e ao matadouro público também era condenada pelas mesmas questões de salubridade.

O médico Ernesto Benedito Ottoni enviou aos vereadores, no dia 15 de outubro de 1855, um relatório comentando sobre as epidemias que acometiam os habitantes do Pará e afirmou ser necessário “acabar-se de uma vez para sempre com os enterros dentro dos templos” e propôs que se adotasse “um cemitério provisório para fora da cidade”. (CAMARGO, 1995: 153)

Em resposta às pressões dos moradores, em 13 de setembro de 1855, os vereadores da Câmara Municipal de São Paulo, decidem sobre o melhor local para a edificação do novo cemitério a partir de uma memória apresentada por Carlos Frederico Rath, . O mapa fornecido pelo engenheiro, assim como os seus argumentos, quando apresentado à Câmara fez com que esta decidisse que o novo Cemitério fosse edificado no alto da Consolação. A Câmara delibera então que se proceda de imediato à edificação dos muros que se construa a

Capella. A Câmara incumbiria o próprio Carlos Rath para a confecção do “plano” do Cemitério e Capella provisória”.⁸

No mesmo ano de 1855, a Câmara aprovou uma postura proibindo os “enterros dentro das Igrejas, Capelas, Sacristias, Corredores e quaisquer outros lugares no recinto das mesmas”⁹ e o governo da província ordenou que fosse executado o Regulamento para o cemitério público. Este seria aprovado em 1856, estabelecendo minuciosos procedimentos, o que não impediu que a prática do enterramento dentro das igrejas na cidade de São Paulo cessasse. Quando da epidemia de varíola na cidade em 1858, os cadáveres ainda estavam sendo enterrados nas igrejas. O presidente da província ordena então à Câmara Municipal de São Paulo, em 07 de julho de 1858, que proibisse as práticas de enterramento nos templos. O Cemitério da Consolação passaria a receber os primeiros cadáveres das vítimas desta epidemia, antes mesmo que as obras do mesmo estivessem concluídas. Assim, no dia 15 de agosto de 1858, quando aconteceu o primeiro sepultamento no cemitério, deu-se por aberto o primeiro cemitério público de São Paulo, o Cemitério da Consolação.

A construção do Mercado Público

A construção do Mercado Público Municipal da cidade de São Paulo foi iniciada em 1859, numa área próxima à várzea do Tamanduateí, na rua 25 de Março, no entroncamento com o final da antiga rua Municipal, hoje rua General Carneiro, respeitando projeto de Newton Bennaton. (BRUNO, 1991: 679).

As obras iniciadas em 1859 foram interrompidas por alguns anos sendo retomadas em 1865 e concluídas em 1867. O motivo desta paralisação foi o desentendimento entre a câmara e o empreiteiro que havia arrematado a obra, José Maria d’Andrade, que havia feito modificações no projeto inicial. Foi organizada uma comissão para dirimir estas dúvidas. Depois de examinar as obras em execução a comissão apresentou o seu parecer onde alegava que o empreiteiro seguira as especificações do contrato, desviando-se todavia parcialmente quer “em benefício da Câmara ou para maior solidez ou elegância da obra”. A comissão alegava que em quase todas as obras publicas do mundo cabe ao engenheiro que confecciona a planta dirigir direta ou indiretamente a obra”.¹⁰

⁸ Ata da Câmara Municipal de São Paulo de 13 de setembro de 1855. Vol. XLI, p. 139, Arquivo Histórico Municipal de São Paulo.

⁹ Postura Municipal de 22 de Dezembro de 1855, aprovada pelo governo provincial da cidade de São Paulo, em 1º de fevereiro do dito ano. Acervo do Arquivo do Estado de São Paulo.

¹⁰ Atas da Câmara Municipal da cidade de São Paulo (1867)

O motivo da discórdia parece ter sido a simetria do projeto. O edifício apresentava uma composição modular com uma disposição linear de trinta e seis cômodos, denominados “quartos”. Estes possuíam as seguintes dimensões: trinta e três deles mediam *vinte palmos* (4,40 m) de comprimento e *quinze palmos e três polegadas* (4,11 m) de largura. Um cômodo na extremidade do edifício, na Rua Municipal, deveria medir *vinte palmos* de comprimento (4,40 m) por *quinze palmos e três polegadas* (4,11 m) num lado, acompanhando a modulação do conjunto principal, mas o projeto previa para o outro lado *cinco e meio palmos* (1,21 m). Compunham ainda o conjunto dois cômodos pequenos para os guardas com *doze palmos* de comprimento (2,64 m) e *nove palmos* (1,98 m) de largura. Esses três últimos cômodos não foram construídos pois alegava-se que o primeiro deles ficaria pequeno demais e os outros dois, destinados a abrigar os guardas, a Câmara julgara desnecessários. Ainda, alegava-se que tal disposição dos cômodos menores tornaria apertada e até feia a entrada da rua que corria paralela ao edifício no lado do rio. Tudo indica que, tanto a Câmara como o autor da planta, reconheceram estas imperfeições do projeto e por recomendação da Câmara o arrematante deixou de cumprir estas especificações. O proveito ou lucro que disso o arrematante pudesse ter tirado, que também teria sido o motivo da discórdia, foi considerado insignificante.¹¹

Quando as obras do Mercado Público Municipal foram concluídas, em 1867 a Comissão Permanente responsável pela sua implantação elaborou o seu Regulamento provisório inspirando no Regulamento do Mercado de Campinas. A nova praça do mercado da capital teria por fim servir de centro para a compra e venda de gêneros alimentícios devendo o seu administrador encarregado, entre outras obrigações, fiscalizar a salubridade da praça .

Os comerciantes se instalaram no mercado e deviam pagar taxas para se alojarem sob as suas arcadas. Os que não se sujeitaram a estas taxas, sobretudo os pequenos produtores, ocuparam o espaço externo ao mercado . (BASTOS, 2001, p.289).

As condições de salubridade da área, segundo as concepções da época, justificavam a localização do Mercado Público Municipal nesta região da cidade pois o local era afastado do centro urbano e estava também fora da influência dos ventos dominantes por estar na parte baixa da sua área envoltória, próximo à várzea do Tamanduateí. Resta investigar, todavia, as observações de Carlos Frederico Rath a propósito da localização deste equipamento público neste local.

¹¹ Atas da Câmara Municipal da cidade de São Paulo (1852-1854).

Referências Bibliográficas

- BASTOS, Sênia. **A cidade por seus moradores: ação e participação dos moradores na administração da cidade de São Paulo, na segunda metade do século XIX**. São Paulo. Tese (Doutorado). Faculdade de Ciências Sociais, PUC- São Paulo. 2001. Pp. 374.
- BÉGUIN, François. *As maquinarias inglesas do conforto*. In: **Espaço e Debates**. n. 34, São Paulo: 1991, p. 39-54. (originalmente publicado em Recherches n. 29, dez. 1977, sob o tema L'haleine des faubourgs, dossiê coordenado por Lion Murard e Patrick Zylberman, Paris: Corda.)
- BRUNO, Ernani Silva. **Memória da cidade de São Paulo: depoimentos de moradores e visitantes 1553-1958**. São Paulo: Publicação do Departamento do Patrimônio Histórico, 1981.
- ALABI, Donatella. **Storia dell'urbanistica europea. Questioni, strumenti, casi esemplari**. Milano: Paravia Bruno Mondadori Editori, 2004.
- CAMARGO, Luis Soares de. **Sepultamentos na Cidade de São Paulo: 1800/1858**. São Paulo. Dissertação de Mestrado. Faculdade de História. PUC - São Paulo). São Paulo: 1995. Pp.143.
- GIORDANO, Carolina Celestino: **Ações sanitárias na Imperial cidade de São Paulo: mercados, matadouros e currais**. Campinas. Dissertação de Mestrado. Programa Pós-Graduação em Urbanismo. PUC-Campinas. 2006: Pp. 156.
- JORGE, Karina Camarneiro. **Urbanismo no Brasil Império: a Saúde Pública na cidade de São Paulo no século XIX (hospitais, Lazareto e camitérios)**. Campinas. Dissertação de Mestrado. Programa Pós-Graduação em Urbanismo. PUC-Campinas. 2006. Pp. 120.
- SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. **São Paulo das Águas**. São Paulo. Tese de Livre-Docência. Departamento de História. Faculdade de Ciências Sociais, PUC- São Paulo. 2004.
- ZUCCONI, Guido. **La città dell'Ottocento**. Roma-Bari. Editori Laterza. 2004.